



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM TECNOLOGIAS  
APLICADAS À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE CONFLITOS  
SOCIOAMBIENTAIS, SANITÁRIOS E HABITACIONAIS

DÉBORA CRISTINA SALOMÃO CORRÊA  
JEFFERSON BARBOSA DA SILVA

**COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE  
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:  
UM CAMINHO PARA A HABITAÇÃO SAUDÁVEL.**

BELÉM/ PA  
2022

DÉBORA CRISTINA SALOMÃO CORRÊA  
JEFFERSON BARBOSA DA SILVA

**COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE  
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:  
UM CAMINHO PARA A HABITAÇÃO SAUDÁVEL.**

Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado programa de pós-graduação: Especialização em tecnologias aplicadas à regularização fundiária de conflitos socioambientais, sanitários e habitacionais da Universidade Federal do Pará. Como requisito para a obtenção do Título de Especialista em Tecnologias Aplicadas à Regularização Fundiária Urbana. Área de Concentração: Comunicação e Habitação Saudável

Orientador: Dr. Renato das Neves

BELÉM/ PA  
2022

DÉBORA CRISTINA SALOMÃO CORRÊA  
JEFFERSON BARBOSA DA SILVA

**COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE  
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:  
UM CAMINHO PARA A HABITAÇÃO SAUDÁVEL.**

Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
programa de pós-graduação: Especialização em tecnologias  
aplicadas à regularização fundiária de conflitos socioambientais,  
sanitários e habitacionais da Universidade Federal do Pará.  
Como requisito para a obtenção do Título de Especialista em  
Tecnologias Aplicadas à Regularização Fundiária Urbana.

**Aprovada em:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Renato das Neves  
Orientador – NAEA UFPA

Profa. Dr. Rosaly de Seixas Brito  
Examinadora interna – NAEA UFPA

Eng. Dr<sup>a</sup> Yngrid Henrique Tavares Rodrigues Santana  
Examinadora Externa - ITERPA

## **Comunicação e Mobilização Social no Processo de Regularização Fundiária: um caminho para a Habitação Saudável.**

Débora Cristina Salomão Corrêa<sup>1</sup>  
Jefferson Barbosa da Silva<sup>2</sup>  
Renato Martins das Neves<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho parte da premissa de que a comunicação na construção da mobilização social deve ser um dos primeiros passos no processo de regularização fundiária, almejando melhoria nas habitações dos moradores de núcleos informais urbanos. Existem muitas falhas na mobilização dos atores sociais que, conseqüentemente, se refletem nas etapas posteriores da regularização. Assim, buscamos delinear uma proposta metodológica afim de instrumentalizar estratégias comunicativas em projetos de regularização fundiária envolvendo os agentes mobilizadores, os atores sociais e os gestores institucionais, na garantia de estabelecer uma corresponsabilidade do processo nos projetos de REURB-S, desenvolvido pelo programa REDE AMAZÔNIA. O objetivo da pesquisa é subsidiar um material de apoio e suporte para confecção de um plano de comunicação e mobilização social nos próximos municípios de atuação do Programa Rede Amazônia, articulando, na perspectiva interdisciplinar, conceitos de comunicação, mobilização social e habitação saudável, na busca da inclusão social dos núcleos informais urbanos. A análise dos resultados mostra que a maioria dos moradores gostariam de receber melhor as instruções diretas das equipes de regularização para a compreensão de todo o processo. Entre as alternativas, buscou-se a inclusão de meios de comunicação digitais, podcast, lives, entre outros, como instrumentos viáveis de capacitação, informação, e mobilização. Propoe-se, como estratégia

---

<sup>1</sup> Graduada em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura pela Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA/2020; Funcionária Pública estadual-ITERPA/2020, atualmente técnica em gestão de desenvolvimento agrário e fundiário. E-mail. deborasalomaocorrea@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em engenharia civil pela Universidade Federal do Estado do Pará- UFPA-2019; Funcionário Pública estadual-ITERPA/2020, atualmente técnico em gestão de desenvolvimento agrário e fundiário. E-mail.

<sup>3</sup> Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005), pós-doutor em Ensino da Engenharia na Universidade do Minho, em Guimarães, Portugal (2015). Atualmente é Professor Associado IV da Faculdade de Engenharia Civil da Universidade Federal do Pará. Atualmente é coordenador do Grupo de pesquisa do Núcleo de habitação da Amazônia (NUHAM) que atua na área de gerenciamento na Construção Civil. E-mail. rmdasneves@gmail.com

comunicativa para próximas mobilizações nos município parceiros do Programa Rede Amazônia, a utilização de meios habituais de interação entre as pessoas, como por exemplo, as redes sociais e as mídias digitais.

Palavras chaves: Comunicação; Mobilização; Regularização fundiária; Habitação saudável; Rede Amazônia.

## **ABSTRACT**

The present work starts from the premise that communication in the construction of social mobilization must be one of the first steps in the process of land regularization, aiming at improving the housing of residents of informal urban centers. There are many failures in the mobilization of social actors which, consequently, are reflected in the later stages of regularization. Thus, we seek to outline a methodological proposal in order to implement communicative strategies in land regularization projects involving mobilizing agents, social actors and institutional managers, in order to guarantee the establishment of co-responsibility of the process in REURB-S projects, developed by the REDE AMAZÔNIA program. . The objective of the research is to subsidize support material and support for the preparation of a communication and social mobilization plan in the next municipalities where the Amazon Network Program operates, articulating, from an interdisciplinary perspective, concepts of communication, social mobilization and healthy housing, in the search for social inclusion of informal urban centers. The analysis of the results shows that most residents would like to receive better direct instructions from the regularization teams to understand the entire process. Among the alternatives, we sought to include digital media, podcasts, lives, among others, as viable tools for training, information, and mobilization. It is proposed, as a communicative strategy for future mobilizations in the partner municipalities of the Amazon Network Program, the use of usual means of interaction between people, such as social networks and digital media.

**Keywords:** Communication; Mobilization; Land regularization; Healthy housing; Amazon Network.

## INTRODUÇÃO

O processo de regularização fundiária é demasiadamente complexo, baseado em normas técnicas e legislativas com a finalidade de ordenar o espaço territorial, o parcelamento do solo e garantir o direito à propriedade das pessoas que moram em áreas irregulares. Nesse processo existem inúmeras etapas a serem cumpridas, entre as quais, o processo de mobilização social. Essa etapa como todas as outras é de fundamental relevância para garantir o sucesso do projeto de regularização fundiária.

O presente trabalho visa mostrar que a comunicação, como base da mobilização social deve ser um dos primeiros passos no processo de regularização fundiária. Visto que é através da comunicação que se apresentam e se conhecem os agentes mobilizadores e os atores sociais presentes na área delimitada de atuação de regularização. E por meio da comunicação que se pretende capacitar os atores sociais envolvidos nos projetos de regularização, a buscar mecanismos de melhoria das condições habitacionais, ambientais, urbanísticas, de forma autônoma, livre e corresponsável, a fim de mantê-los sempre engajados e responsáveis na busca de uma habitação saudável, para além do título definitivo, um dos principais produtos da regularização fundiária.

Os atos pró e contra a vacinação do Covid -19 são exemplos mais recentes de que é através da comunicação que se mantém uma interação entre diversos atores sociais envolvidos em uma causa comum e coletiva. Mafra (2010) analisa de que forma é possível manter a mobilização social pela perspectiva da comunicação e traçar estratégias comunicativas para qualquer projeto que envolva mobilização social.

Nessa condição, é possível traçar estratégias comunicativas em projetos de regularização fundiária envolvendo agentes mobilizadores, (técnicos e profissionais da área envolvidos no projeto) os atores sociais e os gestores institucionais, gerentes dos projetos (Prefeituras, Estados, Universidades e terceiros).

Soares (2009) afirma que a regularização fundiária consiste em regularizar a posse dos habitantes e promover a urbanização do local sem recorrer à remoção da população para outras áreas. A remoção de pessoas do lugar nunca deveria ser uma opção, pois lhe retira o sentimento de pertencimento e as conduz a um novo espaço, em que novas relações serão praticadas com dificuldades de adaptação por parte de quem é removido, trazendo-lhes prejuízos sociais, de saúde física e psicológica, a não ser em casos de riscos ambientais, à saúde e à vida. Para isso seria necessário pôr em prática todo o aparato

jurídico e técnico disponível para subsidiar processo de regularização fundiária, mas muito se esbarra em burocracias e legislaturas causando entraves e lerdice na garantia de direitos aos que residem nos Núcleos Informais Urbanos (NUI), que são objeto de regularização.

Soares (2009) faz uma síntese geral sobre quão complexo é desnovelar as legislações vigentes, debruçado sobre as inúmeras circunstâncias que cada NUI apresenta. E analisa normas vigentes e a regularização fundiária em espaços de favela, e como essas relações jurídicas e urbanísticas atravancam o processo de melhoria na habitação, causando mais processos irreversíveis para o NUI. Muitos moradores em pouco espaço configuram-se em fortes problemas sociais.

O autor também argumenta que se o município é deficitário na regularização e habitação desses espaços, a própria população se apropria, não para fazer regularização, mas sim para providenciar moradias a seus ocupantes, muitas vezes por pessoas de uma mesma família, alugando quartos, lajes, e construindo até mesmo condomínios dentro das favelas, totalmente fora das normas técnicas, ambientais e sanitárias.

Dentro do projeto de regularização fundiária o foco da problemática é a ocupação desordenada do solo urbano, causada pela irregularidade e/ou ilegalidade dos núcleos informais urbanos (NUI). Barcelos e Cohen (2012) falam sobre como o processo de urbanização no Brasil afeta diretamente a saúde da população e a cidade no geral. Uma urbanização caracterizada principalmente pelos núcleos informais urbanos recentes e pela falta de cumprimento aos mecanismos técnicos e legislativos que se baseiam nas normas regulamentadoras de ordenamento territorial e do parcelamento do solo urbano, gera cada vez mais retrocessos na produção do espaço urbano construído.

Desse modo, esse trabalho visa propor estratégias comunicativas envolvendo mobilização social e regularização fundiária no projeto de regularização fundiária urbana -REURB, desenvolvido pelo programa REDE AMAZÔNIA, uma rede de instituições, rede de ensino superior e de gestão pública dedicada ao fomento e difusão de experiências e expertises em políticas públicas, alternativas e gratuitas, de assistência técnica e tecnológica aplicadas à regularização fundiária urbana, articulada com medidas de prevenção de conflitos de naturezas socioambiental, habitacional e sanitária. Bem como influenciar outros projetos de regularização fundiária a buscar estratégias comunicativas e garantir sucesso e eficiência nas informações em todas as etapas do processo, sempre caminhando rumo a uma habitação digna e saudável.

O objetivo da pesquisa é elaborar um material de apoio que sirva de suporte para a confecção de um plano de comunicação e mobilização social nos próximos municípios de atuação do Programa Rede Amazônia, articulando, de maneira interdisciplinar, intrínseca à regularização fundiária, conceitos de comunicação, mobilização social e habitação saudável, na busca da inclusão social dos núcleos informais urbanos. A partir dessa contextualização, questiona-se, qual a funcionalidade da comunicação dentro de do complexo processo de regularização, e como a comunicação age na mobilização social em prol de uma ação coletiva e deliberativa que envolva os atores sociais beneficiários e os agentes promotores de ações de políticas públicas?

Como metodologia foi realizada uma pesquisa qualitativa com obtenção de indicadores de risco e informações sobre quais meios de comunicação alcançam melhores resultados na compreensão de todo o processo e das etapas do projeto de regularização, foi utilizado questionário com perguntas objetivas e de múltipla escolha. Através deste, extraímos informações para auxiliar na construção de um plano de comunicação, como mais um etapa de imensa importância na inserção de um projeto de regularização. A problemática busca identificar qual o papel da comunicação na regularização fundiária, e como ela pode definir estratégias coletivas junto aos órgãos da esfera pública e como fortalecer os agentes comunitários e capacitá-los para uma melhor garantia de vida no espaço construído em busca de uma melhor habitabilidade, para além do título definitivo.

Desse modo, tem-se: Quais meios e instrumentos pode-se utilizar durante a mobilização social no processo de regularização fundiária como possível caminho para uma habitação saudável? A partir desse questionamento e do referencial teórico adotado foi realizada uma reflexão teórica sobre estratégias comunicativas inseridas no processo de regularização fundiária.

## **JUSTIFICATIVA**

A presente pesquisa foi motivada pelas experiências dos autores, que atuam como Técnicos Agrimensores em gestão e desenvolvimento agrário e fundiário, e que recentemente participaram de processos de regularização fundiária nos municípios de: Porto de Moz, Ananindeua, Marabá, Parauapebas, Bragança, São Félix do Xingú, Paragominas, entre outros. A partir dessas experiências percebeu-se que existem muitas falhas na

mobilização dos atores sociais e que, conseqüentemente, essas falhas se refletem nas etapas posteriores da regularização.

Em Ananindeua, por exemplo, município em que foi realizado o processo de regularização fundiária urbana de interesse social, utilizou-se como estratégia de mobilização social uma reunião com a comunidade e a circulação de um carro som que avisava sobre a mesma. Como resultado, muitas pessoas compareceram à reunião com a equipe. Devido ao quantitativo de moradores a serem beneficiados, a ação foi estendida por mais um mês. No mês seguinte, não houve reunião de mobilização e nem uso de carro som. Como reflexo da falta dessas e outras estratégias mínimas de mobilização, poucas pessoas compareceram e ação foi frustrada.

A partir dessas experiências observou-se a necessidade de pensar a etapa de mobilização social no processo de regularização fundiária. Segundo Mafra (2010, p.15), a mobilização social “envolve o compartilhamento de discursos, visões e informações e, por isso, exige ações de comunicação em seu sentido mais amplo”. Ou seja, pensar ações de comunicação é fundamental para o sucesso da mobilização social, pois são essas ações que possibilitam a formação de redes de relações que constituem a própria dinâmica mobilizadora.

No entanto, como ressalta Mafra (2010), a concepção de comunicação que dialoga com o conceito de mobilização social como prática social não condiz com uma perspectiva informacional de comunicação, mas sim com uma perspectiva relacional. A comunicação do ponto de vista informacional é entendida como um processo mecânico e linear de transmissão de mensagens de um emissor para um receptor, considerando os efeitos dessa transmissão.

Pensar a mobilização social pela lógica informacional da comunicação, portanto, reduz as possibilidades de que ela promova “o processo de emancipação social, dotando os indivíduos de liberdade e autonomia na configuração de suas redes de relações e interações” (MAFRA, 2010, p. 115). Para que haja a mobilização do tipo emancipatória é preciso adotar uma perspectiva que seja capaz de abranger toda a complexidade do processo mobilizador.

## **OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO**

O objetivo geral deste trabalho é desenvolver uma proposta afim de instrumentalizar estratégias comunicativas em projetos de regularização fundiária envolvendo os agentes mobilizadores, os atores sociais e os gestores institucionais. Para isso, discute-se os conceitos de comunicação, mobilização social e habitação saudável, dentro do processo de regularização fundiária em espaços urbanos. Assim, propõem-se estratégias

comunicativas que podem colaborar na capacitação de pessoas a exercerem, de maneira autônoma e responsável a construção de uma habitação saudável partir da regularização fundiária. E, como objetivo específico, definir estratégia na utilização de meios de comunicação favoráveis à capacitação dos agentes sociais.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Atravessando todos os períodos da história do Brasil, desde a colônia até o regime democrático, a questão fundiária refletiu momentos políticos de acordo com os interesses do Estado em cada época da história. O problema de terras no Brasil remonta ao período colonial e imperial brasileiro, em que a desordem de terras foi provocada pela política das sesmarias. Outro agravante dentro das preocupações agrárias no Brasil foi a proibição de vendas de terras a ex-escravizados com o fim do sistema escravocrata, e aos imigrantes, por questões lógicas, ou seja, se negros e imigrantes tivessem direito à terra, os latifundiários ficariam sem mão de obra. Posto isso, perpetuou-se a desigualdade no acesso a terra à maioria da população brasileira (SAMPAIO, 1996).

Loureiro e Aragão (2005) afirmam que o Estado foi conivente com a política de transferência de recursos públicos para o capital privado, instalado na Amazônia na época da ditadura militar que beneficiava grandes empresas com facilidades e incentivos fiscais para explorar economicamente a Amazônia, ao invés de investir no pequeno e médio produtor rural que ali já se encontrava valorizando e desenvolvendo a economia local.

A Amazônia viveu sob a luz de instituições passadas que agregavam seus interesses de explorar a região em prol de uma Amazônia com potencial de políticas públicas de acesso à terra, participação social e garantia jurídica da população local. Isso favoreceu ainda mais conflitos entre interesses públicos e privados, criados pelos próprios regimes anteriores com instituições fracas e alheias aos interesses regionais para o desenvolvimento e modernização do território amazônico (de Outeiro, Góes, & Nascimento, 2016).

Na Amazônia, antes dessa intensa modificação social, espacial, e econômica, pós-regime militar, muitos eram os extrativistas, indígenas, caboclos e ribeirinhos e a maior parte das terras eram matas e pertenciam basicamente à União e aos Estados. Não eram

muitos os títulos de propriedade e a maioria das ocupações eram por posseiros que tiravam das matas e rios a renda e a subsistência, e essa prática estava diretamente ligada à sua vivência, esse modo de vida atravessava gerações e gerações sem contestações de donos legítimos, pois ali eles já existiam. (Loureiro & Aragão Pinto, 2005).

Desde meados dos anos 70/80, as ocupações de grandes cidades vêm aumentando consideravelmente, devido as grandes transformações econômicas, tecnológicas e sociais que permeiam a contemporaneidade. Isso reflete em como os gestores público intervêm nos espaços urbanos e como essas demandas começam a fazer parte da agenda política e foco de ações de melhorias urbanísticas, sociais e habitacionais. (CAMPOS, 2014)

A lei do Estatuto da Cidade, (Lei n.10.257 de 10 de julho de 2001) regulamenta a regularização fundiária como diretriz da política urbana no Brasil e garante o direito à cidade e a função social da cidade como instrumento de uso e parcelamento do solo urbano, a partir de políticas municipais com a constituição de 1988, muitas políticas públicas foram voltadas às camadas mais necessitadas da população, reforçando o caráter cidadã da constituição. Como a garantia da habitação digna e moradia. O surgimento de leis e políticas públicas voltadas aos centros urbanos foram sendo articuladas, com grande participação dos movimentos sociais (GONÇALVES, 2009).

É dessa forma que se pode pensar a comunicação como importante instrumento de articulação e reivindicação de direitos em uma estrutura consolidada de instituições passadas com heranças de desigualdade de déficit de direitos causados pelas burocratizações desempenhadas por essas instituições, que vem finalmente se moldando ou surgindo novas com características cada vez mais democráticas, beneficiado pela parceria em redes de novas instituições a fim de dar soluções a problemas inertes.

Segundo França (2001), a comunicação enquanto área de conhecimento pode ser compreendida a partir de dois objetos centrais: os meios de comunicação (ou a mídia) e os processos comunicativos. Porém, como destaca a pesquisadora, "fechar o objeto da comunicação no campo das mídias é uma operação redutora, ao excluir as inúmeras práticas comunicativas que edificam e marcam a vida social - e não passam pelo terreno das mediações tecnológicas" (FRANÇA, 2001, p. 5). Em contrapartida, pensar o objeto da comunicação como processos comunicativos é dar ênfase as interações sociais como constitutivas da sociedade e aos processos de produção e circulação de informações.

Ao mesmo tempo, ambos os objetos possuem uma amplitude tão grande que dificulta pensar a área da comunicação como a única área de estudos que trabalha tanto a mídia,

quanto os processos comunicativos, pois é próprio da comunicação a sua natureza interdisciplinar e transdisciplinar. Segundo França (2001), o que define o objeto da comunicação como sendo da área da comunicação é o olhar, a perspectiva de leitura sobre o objeto que indica a sua especificidade.

Neste caso, o olhar sobre a comunicação não é o mesmo que o objeto do campo de estudo da mesma, haja vista que não faz parte desse campo específico, mas insere-se em sua interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Como destaca França (2001),

Os estudos da comunicação claramente se originam do aporte de diversas disciplinas; as práticas comunicativas suscitaram o olhar - e se transformaram em objeto de estudo das várias ciências. Sua natureza interdisciplinar, fundada no cruzamento de diferentes contribuições, é indiscutível. (FRANÇA, 2001, p. 7)

Nesse sentido, articula-se a comunicação a partir do lugar das políticas públicas urbanas alinhada não somente com as perspectivas técnicas, mas também sociais. Em específico a regularização fundiária urbana de interesse social. Mas adota-se o paradigma relacional da comunicação para guiar as reflexões. Um paradigma pode ser compreendido como uma estrutura que organiza as teorias sobre determinado objeto, direcionando o processo de conhecimento por meio de um "esquema cognitivo que nos conduz e nos instrui a ver uma coisa e não outra". (FRANÇA, 2001, p. 13). Dessa forma, observar a comunicação pela perspectiva relacional é totalmente diferente de olhar a comunicação pela perspectiva informacional, por exemplo. A partir dessa distinção de paradigmas, dialoga-se com Mafra (2010) a respeito da comunicação no processo de mobilização social.

Mafra (2010) define a mobilização social como um fenômeno que acontece desde que os indivíduos se entendem inseridos em sociedade/coletividade e procuram soluções para seus anseios em comum. De tal forma, que a mobilização social é intrínseca à sociedade civil democrática. Para isso, foca-se nos estudos de Mafra (2010) que estabelece uma relação entre o conceito de mobilização social e de comunicação, em uma perspectiva relacional. O autor se baseia na noção de mobilização social do tipo emancipatória, guiada por princípios da autonomia e da participação e que confere aos sujeitos a possibilidade de interferir e construir suas próprias realidades.

Com relação à comunicação, Mafra (2010) dialoga com a perspectiva relacional, que concebe a comunicação como um processo de produção e compartilhamento de sentidos entre os atores sociais, ao contrário da perspectiva informacional que concebe a comunicação sob uma lógica mecânica de transmissão de mensagens entre emissor e receptor. Nesse sentido e guiados pelos estudos de Mafra (2010), pode-se pensar o processo de mobilização social pelo olhar relacional da comunicação no contexto da regularização fundiária.

Consideraremos que a mobilização social, compreendida pelo ângulo da comunicação, está intrinsecamente envolvida com o estabelecimento de processos comunicativos entre os diversos atores sociais que compartilham determinada causa. E para deflagrar esses atos, que podem ser traduzidos como interações e trocas comunicacionais, os sujeitos utilizam os meios, linguagens e instrumentos com os quais convivem na sociedade, posicionados em lugares específicos, carregados de valores e materiais simbólicos que os constituem e constroem sua realidade. (MAFRA, 2010, p. 4).

A mobilização é um processo comunicativo e torna-se estratégica quando pautada em medidas observadas e estudadas de forma a planejar as ações para surtir efeito na convocação dos sujeitos nos compartilhamentos dos seus anseios e responsabilidades. (HENRIQUES; MAFRA, 2006)

Quanto à habitação desses moradores de núcleo urbanos informais, são necessárias comunicações estratégicas permanentes para que se observem os riscos enfrentados em cada habitação, já que cada moradia pode enfrentar inúmeros riscos tanto intradomiciliares, quanto peridomiciliares, favorecendo as habitações inadequadas.

Como diz Cohen (2004), em sua tese de doutorado.

Do ponto de vista do ambiente como determinante da saúde, a habitação se constituiria em um possível espaço de construção da saúde e consolidação do bem-estar. A habitação seria o espaço essencial e o veículo da construção e desenvolvimento da saúde da família. O desafio estaria em intervir sobre os fatores determinantes da saúde no espaço construído. (COHEN, et al, 2004, p. 13).

E para a garantia do bem-estar e uma habitação saudável seria essencial o fortalecimento e eficiência de políticas públicas que ajudariam a combater o déficit de habitações precárias e domicílios insalubres. O auxílio de agentes de diversos setores nas áreas de saúde e habitação e a participação popular junto ao apoio das

instituições acadêmicas públicas e privadas, encorajaria uma melhoria do estilo de vida e no meio ambiente, determinantes para a saúde dentro de uma habitação nos núcleos informais urbanos. (COHEN, 2004)

Dessa forma, Cohen et al. (2014), constrói os conceitos de habitação saudável a partir da promoção da saúde através de vários conceitos como saúde, habitabilidade, moradia, ambiente, riscos e diversos outros debates teóricos intersetoriais com forma de promoção a saúde pública. Dessa maneira, se faz necessário a integralização de diferentes setores para garantir uma melhoria na qualidade de vida da população, para que seja uma responsabilidade integral de todos e não apenas da área da saúde. Há ligações direta de prevenção de risco e de enfermidades através da condição da habitação.

Por sua vez, a condição de habitação está diretamente relacionada com gerenciamentos dos recursos destinados à cidade, ou seja, uma urbanização deficitária em locais desprovidos de infraestrutura mínima é mais propício a presença de insalubridades, vetores de doenças transmissíveis e sociopatias. A presença de políticas recentes de ordenamento do espaço urbanos como os planos diretores e a regularização fundiária são políticas que visam reduzir danos ambientais e promovem justiça social e ambientes favoráveis a saúde.

Cohen et al. (2004) trata habitação saudável como ferramenta, metodologia, e um conjunto de conceitos que operacionalizam políticas públicas saudáveis de promoção à saúde por meio da habitação.

[...] o conceito de habitação saudável se aplica desde o ato da elaboração do seu desenho, microlocalização e construção, estendendo-se até seu uso e manutenção. Está relacionado com o território geográfico e social onde a habitação se assenta, os materiais usados para sua construção, a segurança e qualidade dos elementos combinados, o processo construtivo, a composição espacial, a qualidade dos acabamentos, o contexto global do entorno (comunicações, energia, vizinhança) e a educação em saúde ambiental de seus moradores sobre estilos e condições de vida saudável. (COHEN, et al, 2004, p. 809)

Assim, busca-se desenvolver metodologias aplicáveis, como estratégias comunicativas e de intervenções participativas no desenvolvimento urbano e social das comunidades de núcleos urbanos informais.

## **METODOLOGIA**

Neste trabalho foi desenvolvida uma pesquisa aplicada, tornando-se necessário a revisão bibliográfica dos principais conceitos que relacionassem a construção da mobilização

social através de uma comunicação eficaz junto às outras etapas do processo de regularização fundiária, possibilitando perceber a situação dos núcleos urbanos informais quanto as suas habitações.

O trabalho foi desenvolvido em cinco passos: (I) revisão bibliográfica; (II) elaboração do questionário; (III) aplicação do questionário aos moradores dos núcleos urbanos contemplados pelo programa Rede Amazônia; (V) análise dos resultados.

O primeiro passo foi realizar uma busca exploratória da bibliografia que pudesse estabelecer o diálogo interdisciplinar entre os conceitos de comunicação, mobilização social, regularização fundiária e habitação saudável, de maneira a diagnosticar o principal problema do trabalho, a falta de estratégias de mobilização e falhas na comunicação que prejudicam o trâmite dos processos de regularização fundiária e desfavorecem uma política que promova uma habitação adequada em um ambiente saudável.

Em seguida, devido os interlocutores da pesquisa estarem situados em toda Amazônia Legal, região contemplada pelo programa Rede Amazônia, aos moradores de municípios de atuação da Rede que já passaram pelas etapas iniciais de regularização fundiária urbana, optou-se pela elaboração e aplicação de um questionário quanti-qualitativo online pela plataforma Google-Forms entre os dias 27/02/2022 a 05/03/2022.

O formulário pela plataforma Google Forms é de fácil acesso e simples de ser respondido. As perguntas consistiam em entender quais instrumentos e meios são mais promissores quanto a estratégias de comunicação pretendidas, as perguntas foram basicamente para analisar o grau de informação a respeito da regularização fundiária e qual o melhor instrumento capaz de oferecer essas informações, além das condições habitacionais de cada entrevistado para análise quanto à saúde dessas habitações.

Em seguida, o formulário foi encaminhado através de um link enviado aos contatos cadastrados nos Boletins de Informações Cadastrais, que serve para declarar as informações de cada imóvel, pela plataforma de envio de mensagens instantâneo – WhatsApp.

Baseado nas respostas desses moradores foi possível avaliar qual o entendimento sobre o processo de regularização fundiária e como eles gostariam de ser informados ainda mais sobre esse processo e quais as condições atuais de habitação daqueles indivíduos, para entender quais os riscos enfrentados nesses núcleos que impossibilitam de ser uma moradia saudável.

Optou-se por essa metodologia, pelo tempo e tamanho da pesquisa, porém podem-se aplicar futuramente outros questionários de tempos em tempos, a fim de deixar os

moradores à vontade para deixar suas conclusões e sugestões, pois são parte integrante do processo, além de ser um meio de comunicação simples e servir para subsidiar as informações sobre cada moradia.

Afim de traçar uma forma de atingir comunicativamente os próximos moradores dos núcleos informais pilotos que ainda estão na fase inicial do processo de regularização urbana pelo Programa Rede Amazônia, avaliou-se a quantidades de alternativas mais classificadas de cada resposta como opções a serem utilizadas nas estratégias de mobilização social.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A elaboração do questionário foi realizada através da plataforma Google Forms e teve como objetivo conhecer as percepções dos moradores sobre quais instrumentos de comunicação são mais adequados à preferência dos entrevistados, quais as suas condições habitacionais atuais e qual o entendimento destes sobre a política de regularização fundiária.

Os dados foram organizados em uma planilha Excel e estruturados em tabelas. Este questionário foi dividido em 3 seções e constituído em 11 questões sobre: regularização fundiária; habitação; instrumentos de comunicação. Sendo 8 questões de múltipla escolha, 3 em formato de caixas de seleção e 1 aberta.

A seguir é apresentada a análise dos resultados e discussões acerca das respostas mais selecionadas, buscando a triangulação das informações, em diálogo com a literatura para fundamentar a análise de dados. A primeira pergunta está relacionada aos meios de comunicação mais utilizados pelos interlocutores, 52,9% preferem se informar pela internet de modo geral e 47,1% escolheram as redes sociais como fontes de informações em detrimento de outros meios como televisão e rádio que não foram selecionados.

A segunda pergunta faz referência ao grau de conhecimento quanto ao processo de regularização fundiária, com essa pergunta buscou-se entender como moradores dos municípios que iniciaram as etapas de regularização fundiária estão informados sobre o que seja regularização fundiária.

Constatou-se que 52,9% afirmam saber o que é regularização fundiária, 41,2% responderam que sabem pouco sobre o processo de regularização fundiária e 5,9% não sabem o que é regularização fundiária. É nesse ponto que se deve materializar uma

estratégia que melhor informe os moradores para que sejam cientes do processo em que estão inseridos como beneficiários e atores sociais participativos. A falta de conhecimento do processo decorre das falhas comunicativas e a não adesão de uma consciência que acompanhe o desenvolvimento do processo.

Nesse caso, a maioria dos interlocutores estão bem informados sobre o significado de regularização fundiária. Porém quase a metade sabe bem pouco, e há uma pequena parcela de quem não sabe nada. O meio de comunicação e a mobilização proposta visa aumentar ao máximo o conhecimento e informação sobre todo o procedimento de regularização fundiária, através de uma mobilização eficiente por dentro de meios de comunicação operativos como a redes sociais e internet, por exemplo.

Apesar de uma porcentagem significativa de pessoas que sabiam pouco ou as que não sabiam nada sobre o processo de regularização fundiária, 94,1% dos entrevistados querem regularizar o seu imóvel, quando perguntados sobre se há interesse em regularizar o imóvel e apenas 5,9% optaram por responder que não tem interesse. A partir desse ponto, buscou-se direcionar as questões em relação às condições das moradias dos interlocutores, visto que é através desse diagnóstico preliminar que terá uma sinalização das condições de risco, de habitabilidade e de ambiente saudável.

A tabela seguinte demonstra os resultados obtidos para questões relacionadas às moradias dos entrevistados.

**Tabela 1.** Qual a situação do seu imóvel?

Características	%
Excelente	17,6
Boa	47,1
Regular	35,3
Precária	0

Fonte: Autores, 2022.

**Tabela 2.** Qual a estrutura do seu imóvel?

Características	%
-----------------	---

Alvenaria	94,1
Madeira	0
Palafita	0
Pau a pique	0
Apenas Terreno	5,9

Fonte: Autores, 2022.

**Tabela 3.** Qual o destino do lixo doméstico no seu imóvel?

Características	%
Queimado	11,8
Enterrado	0
Coleta Seletiva	0
Coleta pela Prefeitura	88,2

Fonte: Autores, 2022.

**Tabela 4.** Qual a forma de consumo de água da sua residência?

Características	%
Água Mineral	23,5
Água Filtrada	47,1
Água diretamente da torneira	23,5
Água de poço	5,9

Fonte: Autores, 2022.

A partir da análise dessas repostas, foi diagnosticado alguns fatores de exposição à riscos à saúde dos moradores que responderam o questionário, como por exemplo o consumo inadequado de água para ingestão. A ingestão inadequada de água está diretamente ligada à propensão doenças causadas por parasitas como bactérias, vírus e substâncias tóxicas causada por alguma contaminação direta da água no meio ambiente.

Quanto à situação dos imóveis, grande parte dos interlocutores moram em casas de alvenaria em condições boas, regulares e excelentes segundo o que declararam. Sabe-se que a estrutura dos imóveis é fundamental para a constatação da saúde do ambiente construído, pois, com problema básicos de estruturação como rachaduras, infiltrações, acessibilidade, ventilação e localização espacial são determinantes para redução na qualidade de vida do morador, caracterizando essa habitação uma habitação doente e que causa doenças.

Quanto à destinação do lixo doméstico, percebe-se que algumas pessoas recorrem à queima dos resíduos, uma prática retrógrada que contamina o ar e o solo e não há coleta seletiva, desfavorecendo a reciclagem e reutilização com segurança de alguns materiais. Essas moradias precisam de informação, auxílio e suporte quando diagnosticadas essas situações de recorrências de doenças ligadas a habitação do morador, esse suporte pode vir como ações de políticas públicas afim de tratar e prevenir esses adoecimentos.

Quanto à quantidade de moradores que habitam a mesma casa, obteve-se as seguintes informações; 50,1% convivem com 3 pessoas, 31,4% convivem com 4 pessoas, 6,3% convivem com 5 pessoas, e apenas 6,3% moram sozinhas. A quantidade de moradores convivendo no ambiente também representa fator de risco à contaminação de doenças transmissíveis e um importante indicador de conflitos sociais que podem provocar reprodução de opressões, perturbação da paz e conflitos ligados à renda, consumo de drogas, violências físicas, etc. Como apresenta a tabela a seguir.

**Tabela 5.** Quais fatores de riscos abaixo estão presentes na sua habitação?

Características	%
Doenças recorrentes	17,6
Falta de água encanada	23,5
Problemas respiratórios	11,8
Infiltrações	29,4

Fonte: Autores, 2022.

Outros fatores selecionados pelos moradores foram alagamentos, superlotação, falta de esgoto sanitário e falta de água com 5,3% para cada. Foi abordado em seguida, quais

as principais dificuldades encontradas pela falta de políticas públicas nos municípios pilotos nos bairros de atuação da Rede. A falta de infraestrutura urbana e saneamento básico ainda são as dificuldades mais comuns dentro dos núcleos urbanos, como mostra a tabela 6.

**Tabela 6.** Qual a principal dificuldade encontrada pela falta de políticas públicas no seu bairro?

Características	%
Falta de pavimentação	35,4
Esgoto Sanitário	41,2
Assistência em saúde	5,9
Não Apresenta dificuldades	17,5

Fonte: Autores, 2022.

Com isso, foi questionado aos moradores sobre o que se pode esperar após o processo de regularização fundiária, como forma de expectativa nas melhorias básicas e acesso aos equipamentos urbanos e à cidade. Saneamento básico é o principal anseio 52,9% dos moradores entrevistados, seguido de iluminação pública com 29,4%, 35,3% dos moradores anseiam por melhorias em educação, saúde e segurança.

Por fim, como estratégia comunicativa de aproximar os interlocutores da esfera operacional da regularização fundiária. Questionou-se qual meio cada morador gostaria de ser informado sobre regularização fundiária e outros aspectos ligados ao processo, como saúde, habitação e meio ambiente, que poderá ser utilizado também como forma de instruções legais que direcionem os interlocutores a estarem cientes das obrigações e tarefas a serem feitas dentro do processo de regularização fundiária e posteriormente um canal de informações das mais diversas áreas interdisciplinares que corroboram para uma melhor orientação da população em busca de um caminho pra tornar a moradia em uma habitação saudável e um meio ambiente favorável, como mostra a tabela 7.

**Tabela 7.** Como você gostaria de ser informado(a) sobre Regularização Fundiária?

Características	afirmações
Vídeos de até 2 minutos	12
Live	7
Apresentações artísticas	1
Podcast	3
Panfleto	4
Radio	1

Fonte: Autores, 2022.

Percebe-se que a maioria dos interlocutores optaram por vídeos curtos de até 2 minutos para assimilar informações por uma perspectiva relacional da comunicação. Essa escolha reflete o uso habitual e diário das redes sociais e internet no mundo globalizado atual. Em virtude da acessibilidade à internet se tornou popular e atravessa todas as camadas sociais da população com diferentes plataformas de compartilhamentos de conteúdos sobre diferentes temas. As outras opções também oferecem suporte quanto a um meio de informação importante com linguagem técnicas ou informais que proporcionam um entendimento rápido e eficiente, e que podem ser utilizados como estratégias comunicativas e de mobilização social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foram discutidos conceitos de comunicação, mobilização social, regularização fundiária e habitação saudável como tentativa de estabelecer uma estratégia através de instrumentos e meios que fomentem a interação participativa dos atores sociais no desenvolvimentos das políticas públicas, principalmente entender o processo de regularização fundiária como política de promoção à habitação digna e sem insalubridades.

Após aprofundamento no campo teórico-conceitual, foi traçada uma metodologia que pudesse ouvir os moradores e de que forma é possível intervir em um núcleo urbano informal e quais meios e instrumentos se farão mais eficientes na transmissão do conhecimento levado pelos agentes institucionais. Por parte desses, os agentes mobilizadores, espera-se comprometimento e ferramentas necessárias nas ações sociais que as identifiquem como tal e possam transmitir segurança aos moradores em procedimentos burocráticos de cadastramento, levantamento de peças técnicas e emissão

de títulos de propriedade. Para isso é necessário que os agentes sempre estejam uniformizados e identificados para prestar quaisquer informações sobre o projeto de regularização pelo programa Rede Amazônia e qualquer outro projeto de regularização fundiária em núcleos urbanos.

Como estratégia de intervenção, pode-se utilizar como meios de comunicação as tecnologias digitais em plataformas de compartilhamento rápido e redes sociais, dando ênfase aos processos de produção e circulação de informações responsáveis e verdadeiras. E como instrumentos, pode-se utilizar recursos audiovisuais, como vídeos curtos de até 2 minutos, lives e podcasts. A opção de vídeos curtos informativos já é uma realidade em outros projetos de regularização fundiária espalhados pelo Brasil, além de panfletos em forma de manuais, como é o exemplo do Governo Estadual do Espírito Santo através da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDURB<sup>4</sup>.

A secretaria realizou em 2020 um projeto de regularização fundiária totalmente online pela plataforma E-docs. Como resultado desse projeto, alcançou-se mais de 1100 acessos a plataforma E-docs em apenas 1 mês de vigência do plano de comunicação implantado, e a celeridade dos trâmites dos processos que demoravam cerca de 2 meses passou a ser de apenas 1 mês.

O direito à moradia digna é de todos os cidadãos brasileiros, a partir da Constituição Federal de 1988, pela Emenda Constitucional nº 26/00, Art. 6º, caput. Por isso, garantir a regularização fundiária é um instrumento de promoção da habitação, sempre caminhando em busca de uma habitação cada vez mais saudável. E assim como o Programa Rede Amazônia, Morar, Conviver e Preservar, outras instituições governamentais e de educação propõem-se a efetivar a função social da propriedade empregando projetos de interesse social, conforme legislação vigente. E pondo fim em prejuízos de uma mobilização fraca e comunicação ruim que dificultam a celeridade em processos de regularização fundiária.

Dessa maneira, a função da comunicação dentro do processo de regularização fundiária é garantir instrução e pleno conhecimento do funcionamento do trabalho a ser desenvolvido junto às partes envolvidas. A mobilização social feita por uma comunicação estratégica pode obter sucesso inestimáveis nos processos de regularização fundiária e em outras políticas públicas de interesse social.

---

<sup>4</sup> Acesse: <https://escritoriodeprocessos.es.gov.br/noticia/sedurb-plano-campinho-moscoso>

## REFERÊNCIAS

AZEREDO, C. M. et al. Avaliação das condições de habitação e saneamento: a importância da visita domiciliar no contexto do Programa de Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 3, p. 743–753, 2007.

BRAGA, C. S. et al. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In: **Comunicação e estratégias de mobilização social**. 2 ed. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. v. 1p. 1–11.

CAMPOS, R. Política Urbana E Participação: Construção Coletiva Para Regularização Fundiária nos espaços urbanos de domínio da União. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 03, n. 02, p. 8–30, 2014.

COHEN, S. C. **Habitação Saudável como Caminho para a Promoção da Saúde**. [s.l: s.n.].

COHEN, S. C. et al. Habitação saudável no Programa Saúde da Família (PSF): uma estratégia para as políticas públicas de saúde e ambiente. **Ciência e saúde coletiva**, p. 807–813, 2004.

COHEN, S. C.; BARCELOS, M. R. B. Construção do “Habitat-Ação” Saudável por meio de Fundamentação Teórico-Metodológica do Campo da Semiologia do Ambiente Construído. **Saúde Soc**, v. 21, n. 3, p. 747–759, 2012.

FRANÇA, Vera. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê? **Ciber Legenda**, n 5, 2001.

GONÇALVES, R. S. Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. **Estudos Avancados**, v. 23, n. 66, p. 237–250, 2009.

MAFRA, R. L. M. Mobilização social e comunicação: por uma perspectiva relacional. **Mediação**, v. 11, n. 10, p. 105–118, 2010.

MAFRA, R. L. M.; ANTUNES, E. Comunicação, estratégias e controle da dengue: a compreensão de um cenário público de experiencição. **Saude e Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 977–990, 2015.

NETO, J. S. M.; ARTMANN, E. Política, gestão e participação em Saúde: Reflexão ancorada na teoria da ação comunicativa de Habermas. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 17, n. 12, p. 3407–3416, 2012.

PASTERNAK, S. Habitação e saúde. **Estudos Avancados**, v. 30, n. 86, p. 51–66, 2016.  
SANTOS, A. (ORG. **Caderno Mídia E Saúde Pública**. Belo Horizonte: Escola de Saúde Pública

/ FUNED, 2006.

PLANO DE COMUNICAÇÃO. **Escritório Central de Processos**, Espírito Santo, 23 fev. 2020. Disponível em; <https://escritoriodeprocessos.es.gov.br/noticia/sedurb-plano-campinho-moscoso>

SAMPAIO, P. A. Terras Devolutas e Latifúndio. **Economia e Sociedade**, v. 05, n. 01, p. 197-199, 1996.